

O PAPEL DAS INCUBADORAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA NOS PROCESSOS DE AUTOGESTÃO DE ASSOCIAÇÕES E COOPERATIVAS AGROECOLÓGICAS

RESUMO

Murilo Silva Junqueira*

A década de 1990 foi importante para o renascimento do movimento social conhecido como economia solidária. Paralelamente, a agroecologia passou a ser valorizada e aplicada em maior escala como meio alternativo de produção que valoriza o saber tradicional e popular no cultivo e no trabalho com a terra.

O trabalhador camponês tradicional traz consigo conhecimentos populares que valorizam os sistemas naturais de cada local que envolvem os elementos diversos como clima, solo, recursos hídricos e seres-vivos. O trabalhador camponês, o trabalhador familiar, geralmente assentado da reforma agrária, tem esse conhecimento intrínseco que pode e deve ser aplicado na produção agrícola.

A formação de associações e cooperativas no viés da economia solidária é uma das principais formas de organização dos trabalhadores camponeses na busca de sobrevivência e manutenção no campo e as Incubadoras de Economia Solidária desenvolvem papel fundamental na organização desses coletivos, pois têm foco multidimensional e envolvem questões políticas, sociais, culturais e ecológicas. Nessa última dimensão é que se enquadram as práticas agroecológicas que visam respeitar o meio ambiente e o meio social de todos os agentes envolvidos nessa produção. É através dos empreendimentos rurais de Economia Solidária que os conhecimentos e práticas agroecológicas são disseminadas pelo país e é com o apoio das Incubadoras de Economia Solidária que tais empreendimentos adquirem a condição de auto gerenciais.

Busca-se, com esse trabalho, demonstrar o papel das Incubadoras de Economia Solidária nos processos de autogestão de associações e cooperativas de trabalhadores rurais que aplicam as práticas agroecológicas.

Palavras-chave: Economia solidária; autogestão; associações; cooperativas; agroecologia

* Graduado em Administração pela Universidade Federal de Uberlândia e Pós-Graduando em Questão Agrária, Agroecologia e Agroindústria pela Universidade Federal de Minas Gerais – murilojunqueira@yahoo.com.br

INTRODUÇÃO

“Os seres humanos estão no centro das preocupações com o desenvolvimento sustentável. Têm direito a uma vida saudável e produtiva, em harmonia com a natureza¹.” O princípio número um da Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento proclamada ao final da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento realizada em junho de 1992 no Rio de Janeiro já apontava a preocupação mundial com a necessidade da sustentabilidade, o cuidado com o meio ambiente e a importância da relação saudável entre o ser humano e a natureza.

A preocupação com o meio ambiente e a confirmação da necessidade de uma relação harmônica entre o ser humano e a natureza se deu após anos de exploração da terra. A denominada Agricultura Moderna, expressão utilizada para definir o modelo de produção agrícola baseada nos plantios de monoculturas e na utilização de fertilizantes químicos e agrotóxicos, nascida, como afirma Ehlers (2009), no século XVIII, em várias regiões da Europa com a aproximação das atividades agrícolas e pecuárias e aprimorada, ainda segundo Ehlers, posteriormente por pesquisas desenvolvidas pelo químico Justus von Liebig na década de 1840 que formulou importantes teorias sobre o comportamento das substâncias minerais nos solos e nas plantas, foi dominante no mundo desenvolvido e, anos depois, também nos países em desenvolvimento.

As práticas agrícolas da Agricultura Moderna, fomentadas por inovações tecnológicas constantes como a criação de adubos químicos no século XIX, a motomecanização da agricultura no início do século XX e a ciência genética para modificação das características das plantas, modificaram significativamente a relação do homem com a natureza. As transformações mais intensas da agricultura ocorridas nas décadas de 1960 e 1970 ganharam o nome de Revolução Verde em 1966. Essa expressão é usada ainda hoje e representa uma prática agrícola que contribuiu para disseminar problemas ambientais, como erosão do solo, desertificação, poluição por agrotóxicos e perda de biodiversidade (REDCLIFT E GOODMAN, 1991 *apud* ALTIERI, 2008 p.19).

¹ Ver Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Disponível em: <http://www.onu.org.br/rio20/img/2012/01/rio92.pdf>

Atentos aos problemas ambientais, sociais e econômicos advindos do modelo convencional agrícola, diversos pesquisadores pelo mundo todo passaram a desenvolver suas pesquisas objetivando o desenvolvimento de técnicas agrícolas alternativas, que fossem ambientalmente corretas, socialmente justas e economicamente viáveis. Ehlers (2009) apresenta algumas propostas alternativas como a agricultura biodinâmica, a agricultura orgânica, a agricultura biológica, a agricultura natural e também a agroecologia. Todas essas propostas tinham e tem em comum, princípios básicos de diminuição dos agroquímicos e a valorização dos processos biológicos e vegetativos nos sistemas produtivos. Todas as propostas defendem a valorização da adubação orgânica animal ou vegetal bem como do controle biológico de pragas, da rotação de culturas e do plantio consorciado.

Atualmente as pesquisas referentes à agroecologia estão em destaque no Brasil e na América Latina. Miguel Altieri, grande expoente da agroecologia no Brasil teve sua primeira edição da obra *Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável*, em 1998 que se tornou referencial sobre conceitos e um manual de ação e prática agroecológica no Brasil. Altieri (2008, p. 23) “afirma que a agroecologia fornece uma estrutura metodológica de trabalho para a compreensão mais profunda tanto da natureza dos agroecossistemas como dos princípios segundo os quais eles funcionam.” Segundo o autor, “trata-se de uma abordagem que integra princípios agrônômicos, ecológicos e socioeconômicos à compreensão e avaliação do efeito das tecnologias sobre os sistemas agrícolas e a sociedade como um todo.”

As práticas agrícolas, sejam elas convencionais, sejam elas agroecológicas, afetam uma diversidade de fatores, não apenas a área utilizada para o plantio de determinada cultura. Tais práticas humanas que modificam o ecossistema natural visando a produção de bens necessários à sobrevivência, formam o agroecossistema que são sistemas ecológicos alterados, manejados de forma a aumentar a produtividade de um grupo seletivo de produtores e consumidores. Plantas e animais nativos são retirados e substituídos por poucas espécies (PIMENTEL, 1973 *apud* FEIDEN. 2005, p. 61).

Para Altieri (2008) a produção de um agroecossistema será sustentável se derivar do equilíbrio entre plantas, solos nutrientes, luz solar, umidade e outros organismos coexistentes e, quando essas condições de crescimento equilibradas prevalecerem, esse agroecossistema será também produtivo.

Esses agroecossistemas contribuem para a construção de modos de vida sustentáveis² que, de acordo com Chambers e Conway (1991), devem ser ambientalmente sustentáveis e também socialmente sustentáveis, melhorando os recursos locais e globais dos quais dependem, trazendo benefícios e provendo outros modos de vida e as próximas gerações.

A construção de sistemas agroecológicos necessita de uma série de atividades, com destaque, como afirma Feiden (2005) para o resgate e conservação dos conhecimentos e da cultura locais, isto é, a valorização dos saberes tradicionais dos agricultores que observam diariamente os fenômenos que ocorrem em seus sistemas de produção e, apesar de não descreverem em termos científicos, possuem uma gama de informações que somente eles têm acesso. São esses agricultores que têm condições de alterar de forma significativa os agroecossistemas com a aplicação de técnicas ecológicas e a substituição de insumos químicos por recursos renováveis e também com a reciclagem de nutrientes.

A construção desses agroecossistemas sustentáveis esbarra, entretanto, em uma particularidade conforme explica Schmitt:

(...) “o desafio de construir uma nova agricultura em uma sociedade intensamente colonizada pelas relações de mercado capitalistas. Apesar de incorporarem, como princípio fundador, a questão da sustentabilidade ambiental, operam, na grande maioria dos casos, em uma permanente tensão entre a incorporação de princípios ecológicos ao manejo dos sistemas produtivos e às pressões diretas e indiretas exercidas pelo mercado e por diferentes agentes sociais sobre suas formas diferenciadas de organização.” (SCHMITT, 2001, p. 61-62)

Como alternativa ao modelo econômico capitalista surge a Economia Solidária que, para Singer é um outro modo de produção, cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual (SINGER: 2002, p.10). Com um conceito um pouco mais amplo e mais explicativo, Bertucci (2010, p. 52) apresenta

(...) “a Economia Solidária como sendo formada por um conjunto de organizações econômicas, caracterizadas pela propriedade coletiva dos meios de produção, pela autogestão do trabalho por meio de mecanismos de tomada coletiva de decisões e pelo engajamento comunitário. Nesta definição, a unidade mais simples da Economia Solidária é o Empreendimento Econômico Solidário, que pode ser uma cooperativa, uma associação ou mesmo um grupo informal.”

² Expressão utilizada por Claudia Job Schmitt buscando uma ampliação do entendimento da expressão em inglês sustainable livelihoods que, por vezes é traduzida para o português como meios de vida sustentáveis e que daria margem a uma interpretação dos meios de vida simplesmente como recursos naturais.

Os conceitos apresentados têm em comum a necessidade de existência de empreendimentos coletivos, organizados na forma de associações ou cooperativas, sejam elas de consumo, de crédito, de compra e venda ou de produção. Singer afirma que as cooperativas de produção são associações de trabalhadores que visam produzir bens e serviços a serem vendidos em mercados. Essas cooperativas aplicam aos seus membros os princípios que garantem democracia e igualdade entre eles. A democracia decisória e participativa dentro dessas cooperativas é apresentada pelo autor como “autogestão”.

Originado no leste europeu, o termo autogestão foi utilizado em diversos períodos da história nas mais variadas situações, mas sempre tendo em comum o empoderamento dos agentes diretos, dando a esses agentes, sejam eles trabalhadores, professores ou qualquer outro elemento detentor da força de trabalho, o poder da decisão, os ônus e bônus da gestão do próprio empreendimento.

Entretanto o conceito de autogestão e também sua prática vem sendo utilizado e subordinado ao modelo capitalista uma vez que, conforma aponta Gaiger (2002), estão sujeitos aos efeitos da lógica de acumulação e às regras de intercâmbio impostas ao conjunto dos agentes econômicos além de serem forçados a utilizar a base técnica capitalista para manter as premissas de competitividade, como as suas contínuas inovações nos processos produtivos.

Os camponeses e pequenos agricultores familiares, normalmente moradores de assentamentos de reforma agrária, encontram uma série de desafios na busca da construção de agroecossistemas ecológicos através de empreendimentos solidários autogestionários. O presente estudo vai tratar de uma entidade que vem ganhando força no Brasil nos últimos anos e contribuído de forma considerável da difusão dos conhecimentos sobre autogestão e agroecologia e também nos processo de formação desses pequenos agricultores e camponeses. As Incubadoras de Economia Solidária desempenham um papel relevante no processo de emancipação e empoderamento dos grupos informais e também das associações e cooperativas em todo o país.

As Incubadoras de Economia Solidária surgem como resposta que agrega aqueles que se encontram excluídos da vida social, tanto na ótica da produção material como na esfera do consumo, e emerge como possibilidade de constituição de um conhecimento interdisciplinar, tendo em vista a transdisciplinaridade. (GALLO et al. 2000).

Buscando atingir o objetivo do estudo, qual seja, analisar o papel das Incubadoras de Economia Solidária no processo de autogestão das associações e cooperativas agroecológicas, o autor fez extensa revisão bibliográfica sobre os principais conceitos tratados por meio de livros e artigos de autores consagrados além de entrevistas com diversos atores envolvidos no processo de incubação.

Para melhor apresentar a grande gama de conceitos trabalhados nesse estudo num primeiro momento é importante dividi-los em três partes para, a partir de então tratar diretamente do objetivo geral do trabalhos. Sendo assim, na primeira parte serão apresentados os conceitos de agroecologia, colocando-a como uma alternativa de produção agrícola que combate o modelo convencional baseado no uso irrestrito e sem controle de fertilizantes químicos e agrotóxicos. Na segunda parte da exposição de conceitos apresenta-se o conceito de Economia Solidária e as Incubadoras Sociais ou Universitárias como instrumento de formação de agentes. A terceira parte de conceitos mostra-se importante para o claro entendimento da autogestão e sua necessidade nas associações e cooperativas solidárias.

A análise efetiva do papel das Incubadoras de Economia Solidária no processo de autogestão de associações e cooperativas passa a ser possível após a apresentação dos conceitos. Dessa forma espera-se apresentar alternativas de produção, de organização econômica e social para pequenos agricultores familiares e camponeses visando a manutenção desses agentes no campo e a construção de modelos agroecológicos autogestionários, sustentáveis e solidários.

AGROECOLOGIA COMO ALTERNATIVA À AGRICULTURA CONVENCIONAL

Nos primórdios da sociedade, os homens viviam da utilização de recursos naturais e essa utilização era pouco impactante. Havia um equilíbrio instável produzido pelo consumo que se restabelecia naturalmente, em eras de centenas de anos, pois a densidade demográfica era controlada pela lei básica da ecologia: a população tem o tamanho dos recursos de sua alimentação. (MACHADO et al 2012). Nessa época existia a mais perfeita interação entre o ser humano e a natureza.

Entretanto, com o passar dos anos e as constantes descobertas humanas passa a existir uma relação de ser humano vs natureza com o nascimento da agricultura, o aprimoramentos das técnicas de cultivo, a motomecanização das lavouras, a descoberta

de adubos químicos em substituição às formas naturais de fertilização do solo, a introdução de agrotóxicos no combate às “pragas” nas plantações, culminando com as descobertas genéticas. Todos esses eventos históricos transformaram uma relação de interação em uma relação de exploração. O ser humano passa então a explorar a natureza.

Com o advento da Revolução Verde nas décadas de 1960 e 1970, da intensificação do uso de agrotóxicos e de fertilizantes químicos, além da mecanização da produção teve-se uma elevação considerável na produção agrícola mundial. Tal crescimento se deu, principalmente por dois fatores conforme apontam Theodoro, Duarte e Rocha (2009): a apropriação de novas áreas de terra e a utilização de tecnologias cada vez mais sofisticadas.

Segundo Ehlers (2009 p. 22) o objetivo da Revolução Verde “era promover a melhoria dos índices de produtividade agrícola, por meio da substituição dos moldes de produção locais, ou tradicionais, por um conjunto bem mais homogêneo de práticas tecnológicas”. As monoculturas de grãos passaram a ser o principal modo de cultivo agrícola por apresentar menor custo e melhor resposta aos avanços genéticos. Os avanços genéticos significaram não apenas maior independência em relação às condições naturais do meio, como também a possibilidade de modificar e controlar os processos biológicos que determinam o crescimento e o rendimento das plantas.

As modificações genéticas permitiram também a melhor adaptação das plantas a diferentes tipos de solo e de clima o que provocaram, como consequência, um avanço das fronteiras agrícolas. Áreas antes inviáveis para a prática agrícola passaram a ser exploradas pelos cultivos de monoculturas de grãos modificados geneticamente. Ehlers (2009) afirma que, no que se refere ao aumento da produção total da agricultura, a Revolução Verde foi um sucesso uma vez que a produção de alimentos conseguiu acompanhar o crescimento da população que, em 50 anos, triplicou.

No Brasil, a Revolução Verde passou a ser política agrária oficial com o golpe militar de 1964 quando diversos programas foram criados visando a efetiva implantação do modelo agrícola convencional no país. A política de crédito adotada à época era clara ao determinar a previsão de “insumos modernos” nos projetos de financiamentos. Aquele produtor que garantia a compra e utilização dos insumos químicos e agrotóxicos conseguia financiamento a juros muito mais baixos que os praticados normalmente. Tal prática foi fundamental para o enriquecimento de muitos empresários rurais, acentuando

assim, as diferenças entre os pequenos e grandes produtores e aumentando a concentração de terras.

Todavia, esse modelo, que usa intensivamente os recursos naturais como o solo e a água, contribuiu para disseminar problemas ambientais como a erosão do solo, desertificação, poluição, facilita a degradação, sobretudo dos níveis de fertilidade do solo, perda de biodiversidade ocasionando um desequilíbrio dos ecossistemas naturais e inviabilizando a produção ao longo do tempo. Machado e Filho (2014) afirmam que a Revolução Verde possibilitou a redução dos ciclos das culturas acarretando no uso mais intensivo do solo e impossibilitando a realização do seu ciclo natural. Como consequência desse uso intensivo tem-se um solo mais fraco e mais pobre sujeito, portanto, a erosão ou desertificação. De acordo com Howard (2012) a erosão é um fenômeno da natureza e tem estado em ação desde o início dos tempos de uma maneira muito branda. Somente com a ação humana intensiva é que esse fenômeno é acelerado e se torna uma doença do solo. Ainda de acordo com o autor, a formação de solos alcalinos, ou seja, solo sem oxigênio com permanente infertilidade, também é uma consequência do modelo convencional agrícola. Segundo ele, o uso excessivo de irrigação, o supercultivo sem uma preocupação com a restituição de húmus e o emprego de fertilizantes artificiais e de sulfato de amônia são as principais causas de alcalinização de solos.

É inegável que, como afirma Machado (2010), os procedimentos contaminantes e capital intensivos, com emprego de produtos de síntese química cujas matérias primas são finitas, e as técnicas agressivas de manejo e uso do solo continuam sendo utilizados porque os resultados produtivos desse uso aparecem imediatamente. Entretanto as consequências danosas à economia do produtor, à saúde do ambiente e à tranquilidade da sociedade não aparecem imediatamente. Shiki (2013) aponta que os investimentos em inovação e difusão de tecnologia na agricultura brasileira, associados a um conjunto de políticas como crédito rural, investimento em infraestrutura, garantias de preços transformaram o Brasil em uma potência exportadora de commodities agrícolas, mas também geraram uma massa de excluídos ou marginalizados do modelo tecnológico dominante.

Os impactos negativos consequentes do modo de produção agrícola convencional não ficaram apenas no campo do meio ambiente. Como aponta Queda, Kageyama e Santos (2009) no plano social, os resultados dessas ações provocaram a ruína de uma multidão de produtores familiares e o êxodo de um grande número de

famílias rurais. No Brasil, em um período de necessária expansão e crescimento econômico, o governo e os setores produtivos ligados à agropecuária aproveitaram o momento para assegurar a implantação do modelo convencional com o fomento das pesquisas na área e a criação de linha especiais de crédito para os grandes produtores. Com o acesso ao crédito fundiário dificultado, muitos produtores familiares se viram obrigados a vender suas terras. A política de modernização tecnológica da agricultura, de acordo com Shiki (2013), excluiu milhões de famílias de trabalhadores que tiveram que migrar para as novas fronteiras de subsistência e para fortalecer o setor industrial com mão de obra barata.

Ainda como consequência negativa da ampliação do modelo de agricultura convencional tem-se no aspecto cultural uma perda inestimável. O homem do campo, o trabalhador camponês tem consigo uma cultura de trato com a terra extremamente íntimo. Para Guzmán e Molina (2013) o campesinato é o grupo social em torno do qual se organizavam, e se organizam ainda hoje, as atividades agrárias no que tem sido denominado como sociedades de base energética solar ou sociedades orgânicas. As relações sociais nesse tipo de sociedade têm como objetivo a satisfação das necessidades naturais que requer a apropriação dos recursos naturais para a produção de bens com valor de uso histórico e culturalmente dado, mediante o consumo de uma quantidade de matérias e o emprego de um saber e instrumentos de produção adequados. Essa forma respeitosa de relação entre o ser humano e a natureza foi massacrada com o avanço da fronteira agrícola e o uso de técnicas convencionais. A cultura camponesa foi fortemente afetada demonstrando claramente que as consequências negativas da “Revolução Verde” atingiram também o histórico cultural do camponês.

Atentos aos problemas ambientais, sociais e econômicos advindos do modelo convencional agrícola, diversos pesquisadores pelo mundo todo passaram a desenvolver suas pesquisas objetivando o desenvolvimento de técnicas agrícolas alternativas, que fossem ambientalmente corretas, socialmente justas e economicamente viáveis. Ehlers (2009) apresenta algumas propostas alternativas como a agricultura biodinâmica, a agricultura orgânica, a agricultura biológica, a agricultura natural e também a agroecologia. Todas essas propostas tinham e têm em comum princípios básicos de diminuição dos agroquímicos e a valorização dos processos biológicos e vegetativos nos sistemas produtivos. Todas as propostas defendem a valorização da adubação orgânica

animal ou vegetal bem como do controle biológico de pragas, da rotação de culturas e do plantio consorciado.

Eleita por muitos teóricos como a melhor alternativa de produção ao atual modelo degradante e explorador, a produção de base agroecológica vem sendo tratada inclusive como política pública em vários países, inclusive no Brasil. Com o decreto nº 7.794 de 20 de agosto de 2012 foi instituída no Brasil a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica que demonstra a intenção da União em promover o desenvolvimento sustentável e a qualidade de vida da população. No inciso III do parágrafo segundo de supracitado decreto é apresentado um conceito de produção de base agroecológica, sendo ela:

“III – produção de base agroecológica – aquela que busca otimizar a integração entre capacidade produtiva, uso e conservação da biodiversidade e dos demais recursos naturais, equilíbrio ecológico, eficiência econômica e justiça social (...)”

O termo “integração” presente no trecho retirado do decreto presidencial de 2012 merece destaque e uma análise mais detalhada. Altieri (2008) utiliza o termo “integre” no mesmo sentido quando afirma que a agroecologia trata-se de uma nova abordagem que *integra* os princípios agrônômicos, ecológicos e socioeconômicos à compreensão e avaliação do efeito das tecnologias sobre os sistemas agrícolas e a sociedade como um todo. Ao recorrer ao dicionário Michaelis é possível encontrar, entre outros, o conceito de integração como sendo a condição de construir um todo pela adição ou combinação de partes ou elementos. Os verbos “harmonizar” e “unificar” também estão presentes na conceituação do termo integração. Em contraposição ao termo “integração” utilizado frequentemente ao conceituar Agroecologia, surge o termo “exploração”, intimamente ligado ao agronegócio e ao modelo de produção agrícola convencional. Novamente recorrendo ao dicionário Michaelis tem-se o ato de tirar utilidade de alguma coisa, aproveitamento, utilização. Nesse conceito não existe qualquer referência a um processo de troca, ou seja, não se entrega àquele que é explorado.

Atento à necessidade de integração entre meio ambiente e ser humano em todas as esferas, seja ela cultural, social ou econômica, Machado e Filho (2014) afirmam que a agroecologia é um método, um processo de produção agrícola – animal e vegetal – que resgata os saberes que a “revolução verde” destruiu ou escondeu, incorporando-lhes

os extraordinários progressos científicos e tecnológicos dos últimos cinquenta anos. Para os autores é possível uma produção agroecológica em larga escala o que a torna uma tecnologia capaz de confrontar o agronegócio, em qualquer escala, ou seja, economicamente a agroecologia é viável apesar de apresentar produtividade mais baixa. A afirmação dos autores segue a linha defendida por Caporal e Costabeber (2004) no sentido de atestar que a agroecologia deve ser vista dentro de um enfoque científico capaz de apoiar a transição dos atuais modelos de desenvolvimento rural e de agriculturas convencionais para estilos de desenvolvimento rural e de agriculturas sustentáveis.

A semelhança dos conceitos apresentados está na ideia de que é possível e necessário lançar mão de todo o potencial técnico-científico e também tecnológico que tem a Agroecologia visando não apenas um modo de produção mais “limpo” ou “sustentável”, mas sim com vistas ao desenvolvimento da agricultura através de uma mudança substancial no meio rural.

A Agroecologia, ao contrário do que é amplamente dito por aqueles que defendem o modelo convencional de agricultura, apresenta uma série de vantagens. Essas vantagens são apresentadas por Machado e Filho (2014) quando, de forma clara e objetiva, com dados científicos comprovados, atestam que a produção agroecológica é mais barata que a produção convencional pelo simples fato de não existir a dependência de agrotóxicos e fertilizantes químicos. O custo de produção de uma saca de 50 Kg do arroz ecológico foi de R\$ 31,00 e do arroz do agronegócio foi de R\$ 129,00. (CADORE, 3013 *apud* Machado e Filho 2014). Os autores afirmam, dentre outros, que a produtividade do modelo agroecológico é superior à do modelo convencional, chegando a até 32% de superioridade. Altieri (2008) afirma que o rendimento total por hectare é, com frequência, mais alto em policultivos do que em monocultivos, mesmo quando a produção de cada um dos componentes individuais é reduzida. O policultivo, assim como a rotação de culturas e a interação animal-vegetal são técnicas de aplicação da agroecologia.

Ao aplicar o modelo de produção agroecológico, levando-se em consideração os pilares da Agroecologia que, segundo Machado (2010), são a trofobiose, a manutenção do ciclo do gás etileno e a transmutação de elementos a baixa energia³ o produtor não

³ Luiz Carlos Pinheiro Machado aponta em seu livro *Pastorieo Racional Voisin: tecnologia agroecológica para o terceiro milênio* de forma brilhante as vantagens da produção agroecológica de forma clara e bastante técnica, comprovando com dados científicos que a aplicação das técnicas descritas são a base

precisa “voltar ao tempo das cavernas” abdicando dos avanços tecnológicos em prol de uma produção agroecológica. É possível a utilização de máquinas agrícolas que facilitem a colheita, a aplicação de fertilizantes orgânicos para elevação da matéria orgânica do solo, entre outros. Dentre as técnicas para a aplicação da produção agroecológica o autor aponta apenas a “aposentadoria” dos arados e de qualquer outra máquina agrícola que tenha como função revolver o solo para o plantio. Segundo Machado a manutenção do ciclo do gás etileno no solo somente é possível sem a perda da porosidade do mesmo. Essa porosidade é perdida quando se revolve o solo.

Outra vantagem que se pode apresentar do modelo de produção agroecológico tem relação com o desenvolvimento social dos agentes envolvidos.

“A agroecologia resgata a autonomia dos produtores, destruída pelo agronegócio. (...) O processo produtivo pressupõe, necessariamente, o respeito à condição humana. Isto é, os benefícios da produção não podem ser apropriados unilateralmente, trazendo a degradação social àqueles graças aos quais ela acontece.” (MACHADO E FILHO, 2014 p. 190-191)

O trecho retirado do livro *A dialética da agroecologia*, aponta para a necessidade de reformulação do modo de produção baseado na exploração, seja dos recursos naturais, seja da força de trabalho. Nesse sentido a Agroecologia tem importante papel social ao defender um modelo de produção socialmente correto, que valorize as raízes do homem no campo, sobrepujando os conhecimentos camponeses e colocando a vida acima do capital.

A produção camponesa, segundo Guzmán e Molina (2013) produz e usa energia da matéria viva, que inclui seu próprio trabalho e a reprodução da unidade doméstica de trabalho e consumo. Os autores apontam como necessidade primordial o renascimento do modelo camponês de produção quando afirmam:

“O futuro da organização da produção agrícola parece depender de uma nova tecnologia centrada no manejo inteligente do solo e da matéria viva por meio do trabalho humano, utilizando pouco capital, pouca terra e pouca energia inanimada. Esse modelo antagônico à empresa capitalista tem já sua protoforma no sistema camponês.” (GUZMÁN e MOLINA, 2013, p. 71)

O modelo desenhado pelos autores encontra respaldo na forma de organização econômica denominada Economia Solidária que valoriza os conceitos de independência, democracia e cooperativismo seja na produção, no crédito ou no consumo.

AS INCUBADORAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA

A expressão “Economia Solidária” carrega consigo uma carga conceitual e ideológica imensa. Paul Singer (2002) afirmou que o capitalismo produz desigualdades crescentes e para que tivéssemos uma sociedade em que predominasse a igualdade entre todos os seus membros, seria preciso que a economia fosse solidária ao invés de competitiva. Ao apresentar tal afirmativa, o autor indica que a cooperação deve tomar o lugar da competição entre os agentes da economia.

A crítica feita pelo autor ao capitalismo encontra eco na afirmação do Schmitt (2010) ao analisar os desafios para a aplicação de um modelo agroecológico de produção. Segundo ele, é um grande desafio construir uma nova agricultura em uma sociedade que vive as relações de mercado capitalistas. Os produtores devem, a todo momento, estar atentos às pressões diretas e indiretas sofridas pelo mercado.

A Economia Solidária que foi apontada por Polanyi (1992) como uma ferramenta do socialismo não passa, segundo Bertucci (2010) de um resultado histórico do desenvolvimento desigual do capitalismo e de suas repercussões no mercado de trabalho o que, para o autor, demonstra ser a Economia Solidária não uma realidade inventada por um indivíduo ou um grupo, mas o resultado da crise do trabalho e do crescimento do desemprego, ou seja, um processo social. Gaiger (2003) afirma que a Economia Solidária não reproduz em seu interior as relações capitalistas, mas tampouco elimina ou ameaça a reprodução da forma tipicamente tipicamente capitalista.

Baseada em princípios como a valorização social do trabalho humano, a busca de uma relação de intercâmbio respeitosa com a natureza, valores da cooperação e da solidariedade, entre outros⁴ a Economia Solidária pode ser conceituada como

“um conjunto de organizações econômicas, caracterizadas pela propriedade coletiva dos meios de produção, pela autogestão do trabalho por meio de mecanismos de tomada coletiva de decisões e pelo engajamento comunitário. Nesta definição, a unidade mais simples da ES é o Empreendimento Econômico Solidário, que pode

⁴ Ver Fórum Brasileiro de Economia Solidária – Carta de princípios de Economia Solidária. Disponível em <www.fbes.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=63&Itemid=60>

ser uma cooperativa, uma associação ou mesmo um grupo informal. Assim, a ES não se confunde, nesse sentido, com práticas de solidariedade assistencial, de caridade ou de responsabilidade social e/ou ambiental, mas está antes ligada a uma concepção de solidariedade social necessariamente atrelada às condições de organização e (auto)gestão do trabalho e da repartição de benefícios.” (BERTUCCI, 2010, p. 52)

De acordo com dados do Sistema Nacional de Informações de Economia Solidária apresentados em 2013 pela Secretaria Nacional de Economia Solidária atualmente existem 19.708 (dezenove mil, setecentos e oito) Empreendimentos de Economia Solidária classificados como grupos informais, associações, cooperativas e sociedades mercantis. Do total de empreendimentos, 54,8% são de atuação rural, sendo ainda 55% formados por agricultores familiares. Os dados divulgados apontam ainda que mais de 56 % dos empreendimentos com produção ou produção e comercialização. Esses dados demonstram que a Economia Solidária se apresenta com maior intensidade na zona rural. Esses empreendimentos são, em sua grande maioria, formados por agricultores familiares e são baseados na produção e comercialização de seus produtos. Isso comprova que os camponeses e pequenos agricultores estão se organizando na forma de associações, cooperativas ou outra forma coletiva visando a geração de trabalho e renda nos moldes a impedir a exploração do trabalho ou mesmo da natureza.

Entretanto, nos primeiros assentamentos, constituídos ainda quando os movimentos sociais de luta pela terra se encontravam em estágios embrionários, as famílias se agrupavam sem levar em conta a discussão da forma de organização social e política e sem estímulos à cooperação. Esse início resultou em lotes de terra inferiores ao módulo mínimo necessário para a sobrevivência das famílias. De acordo com Christoffoli (2012), a falta de acúmulo teórico e prático pelo movimento camponês fez com que os primeiros assentamentos se constituíssem como espaço sob o controle do Estado, espaços conquistados pelos trabalhadores e trabalhadoras sem, no entanto, assegurar condições mínimas para sua viabilidade.

Apesar da falta de incentivo estatal em experiências de cooperação, os movimentos buscaram, principalmente em outros países, modelos de referencial de organização cooperativa de tipo socialista, baseada na exploração coletiva dos meios de produção e trabalho. Surgiram, dessa forma, as primeiras experiências de cooperativas nos assentamentos no Brasil. Entretanto, conforme Christoffoli (2012) o desconhecimento e a desconfiança camponesa frente a essas formas coletivas resultaram

numa reversão parcial das experiências, transformando-as em semicoletivos e até mesmo na desestruturação completa de diversas iniciativas de cooperação.

Nesse cenário de desconfiança e pouco conhecimento sobre a forma de organização coletiva e, principalmente, dos conceitos de Economia Solidária que surgem as primeiras Incubadoras de Empreendimentos Econômicos Solidários. De acordo com o portal do Ministério do Trabalho e Emprego, as primeiras incubadoras de cooperativas e outros empreendimentos econômicos solidários foram criadas em universidades, enquanto espaços de socialização dos diversos conhecimentos produzidos nestas instituições, favorecendo a articulação do tripé ensino-pesquisa-extensão e a integração das universidades com comunidades e segmentos externos à comunidade acadêmica⁵. Atualmente as Incubadoras de Empreendimentos Econômicos Solidários não são apenas instituições vinculadas a universidades, mas sim a outros órgãos públicos ou mesmo organizações da sociedade civil que apoiam e assessoram empreendimentos em fase de criação ou recém-criados. Singer (2002) afirma que há uma gama de entidades, entre elas a igreja, os sindicatos e as universidades que apoiam a economia solidária difundindo entre trabalhadores e microprodutores os princípios do cooperativismo e o conhecimento básico necessário à criação de empreendimentos solidários.

O ideal de Economia Solidária que não se restringe a uma nova forma econômica de organização da sociedade mas sim leva em consideração também aspectos sociais, culturais, ambientais, entre outros. Nesse sentido, as incubadoras de economia solidária devem, de acordo com Eid (2004), ter a clareza da necessidade de educação unitária evitando a fragmentação de conhecimento por via de um processo interativo entre agentes educadores e educandos.

Em um processo de incubação de empreendimentos de economia solidária, sejam eles associações, cooperativas urbanas ou rurais, empresas auto-gestionárias a transdisciplinaridade deve ser a base para garantir um processo único e ao mesmo tempo amplo e abrangente. A transdisciplinaridade é, de acordo com Feiden (2005) o conhecimento novo, que está além das disciplinas atuais, incorporando seus conteúdos, mas procurando integrá-los com os das demais disciplinas. A transdisciplinaridade exige o desenvolvimento de novos pressupostos e de novas metodologias de pesquisa.

⁵ Ver Programa Economia Solidária em desenvolvimento. Disponível em: <www3.mte.gov.br/ecosolidaria/prog_incubadoras.asp>

Aplicando a transdisciplinaridade o objetivo de uma Incubadora de Empreendimento de economia Solidária é, geralmente, dar condições aos empreendimentos para conquistar autonomia para atuar no mercado. Entretanto esse não é um objetivo simples uma vez que, iniciando pelo entendimento de mercado, os conceitos trabalhados na Economia Solidária devem ser alçados ao patamar de maior importância. Da mesma forma a autonomia que objetivam os empreendimentos não pode ser considerada apenas como se um empreendimento tem condições econômicas de sobreviver, mas sim se os agentes desses empreendimentos têm condições sociais, econômicas, psicológicas, culturais e também financeiras de se manter de forma digna na sociedade.

O processo de incubação, normalmente provocado pelo grupo informal ou formal a ser incubado, é complexo e envolve relações interpessoais cuja interação é fundamental em todas as esferas do processo, seja entre a equipe da incubadora, entre os membros dos grupos incubados ou seja entre a incubadora e o empreendimento. Em um processo de incubação de associações ou cooperativas no meio rural existe uma particularidade que pode dificultar todo o processo: a distância. Normalmente as incubadoras estão nos centros urbanos e a distância dos empreendimentos pode provocar lentidão nos processos. Entretanto é papel da incubadora buscar apoio para o deslocamento da equipe até o local onde está o empreendimento visto que seria impossível deslocar todos os associados ou cooperados sempre que uma atividade fosse realizada.

Cooperativas e associações agroecológicas enfrentam outro desafio. A ausência de assistência técnica especializada pode provocar baixa produtividade, perda de produção ou até mesmo o abandono das famílias das áreas por falta de conhecimento técnico. Dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA apontam que a média nacional de famílias assentadas pela Reforma Agrária que são atendidas por assistência técnica é de apenas 27,2%. O número demonstra que as Incubadoras de Empreendimentos de Economia Solidária que atuam com cooperativas e associações agroecológicas devem dispor de pessoal capacitado para a formação na área técnica.

Entretanto não é apenas na área técnica que o apoio das incubadoras é fundamental. Em pesquisa realizada durante a 2ª Feira Mundial de Economia Solidária, realizada na cidade de Santa Maria – RS entre os dias 18 e 21 de julho de 2013 com mais de cem representantes de Empreendimentos de Economia Solidária, as principais

dificuldades encontradas estão na área de administração e contabilidade, comunicação e marketing, direito além do gerenciamento da produção. Destaca-se as dificuldades com comercialização e logística. (DORR, at all. 2013)

Os processos de incubação devem ainda levar em consideração que a forma de gestão desses empreendimentos deve ser, como afirma Singer (2002), democrática, ou seja, deve-se praticar a autogestão. Nesse modelo gestor os trabalhadores, além de cumprir as atividades a seu cargo, devem se preocupar com os problemas gerais do empreendimento.

A AUTOGESTÃO EM ASSOCIAÇÕES E COOPERATIVAS DE TRABALHADORES RURAIS.

O cooperativismo é uma forma de organização coletiva seja para o trabalho, produção, consumo, crédito, etc. Segundo Christoffoli (2000) o cooperativismo surge a partir das ações de resistência da classe operária inglesa à introdução do capitalismo que desestruturava as antigas corporações de artesãos de ofício. Elas surgem à mesma época que os sindicatos, talvez por isso tenham tantas semelhanças. As experiências de cooperativas se espalharam por todo o mundo, desde a Europa oriental na extinta Iugoslávia, passando por Israel e chegando na América do Sul, onde importantes experiências foram registradas.

No Brasil, apesar de poucos registros históricos com relatos de experiências coletivas de produção, é possível resgatar a tradição indígena de organização de produção e de consumo. O mesmo ocorre nos quilombos e em terras comunitárias. Tais exemplos deixam claro que as experiências coletivas no Brasil se dão, em sua maior parte, no meio rural. Em atividades simples organizadas em mutirões, em trocas de dias de serviços ou em roças comunitárias é possível visualizar a cooperação. Sendo assim, não é raro encontrar grande parcela dos Empreendimentos de Economia Solidária no meio rural.

Todas as organizações coletivas contidas sob a forma de associações ou cooperativas são, de acordo com Singer (2002) consideradas empresas solidárias que, seja na forma de distribuição de tarefas, seja na forma de definição de retiradas ou mesmo na definição dos investimentos, têm suas decisões tomadas de forma coletiva em assembleias e reuniões. Ainda segundo o autor, essas empresas solidárias têm como objetivo máximo a promoção da Economia Solidária tanto para dar trabalho e renda a

quem precisa como para difundir no mundo um modo democrático e igualitário de organizar atividades econômicas. Isso quer dizer que a administração é democrática e se pratica a autogestão.

O conceito de autogestão aparece, geralmente, relacionado aos princípios de autonomia e democracia em relações sociais diversas, sejam elas políticas, sejam econômicas. De acordo com Dorneles e Dallagnelo (2003) a autogestão surgiu como uma concepção de gestão social ou da visão da sociedade autogestionária. Corroborando com esses dizeres Albuquerque (2003) que afirma ter a autogestão um caráter multidimensional, ou seja, político, social, econômico, técnico e refere-se a uma forma de organização da ação coletiva. A dimensão social que assume a autogestão se deve ao resultado de um processo capaz de engendrar ações e resultados aceitáveis para todos os indivíduos e grupos que dela dependem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os conceitos trabalhados nesse texto formam a base para uma nova forma de organização social que tenha como princípios e respeito e a interação entre os agentes, sejam eles seres humanos ou não. A Agroecologia, o Campesinato e os Empreendimentos Solidários autogestionários formam o tripé dessa nova forma de organização.

A Agroecologia surge como alternativa no meio agrícola. A produção com base agroecológica tem como princípio maior a interação entre ser humano e natureza e nesta entre animal e vegetal. A rotação de culturas, o consórcio de cultivos, a preservação dos recursos hídricos, a manutenção das características dos solos, enfim, o respeito ao meio ambiente têm como resultado mais que um bom retorno financeiro. O não esgotamento de recursos quer dizer que sempre haverá a possibilidade de cultivo naquela terra. A utilização de matéria orgânica no lugar dos fertilizantes químicos e a não aplicação de venenos são formas de respeitar a natureza e suas propriedades. O respeito à natureza quer dizer respeito à vida, quer dizer respeito às próximas gerações. Feiden (2005), ao apresentar um conceito de agroecologia, em meio a tantas controvérsias disse:

“(…) que a agroecologia é uma ciência em construção, com características transdisciplinares integrando conhecimentos de diversas outras ciências e incorporando inclusive, o conhecimento tradicional, porém este é validado por meio de metodologias científicas (mesmo que, às vezes, sejam métodos não-convencionais).”

(FEIDEN, 2005, p. 54)

O campesinato representa uma forma de produção baseada em conhecimentos tradicionais, históricos, até mesmo inexplicáveis, mas que, acima de tudo, não agridem ao meio ambiente. A produção agroecológica está intimamente ligada aos camponeses e pequenos agricultores visto que estes resistiram às facilidades da “Revolução Verde”, ou mesmo não tiveram acesso a tais facilidades por serem marginalizados. Essa revolução que trouxe como resultado imediato avanços tecnológicos e aumento de produtividade que representaram uma redução na jornada de trabalho dos produtores, mas que representaram também a exclusão de grande parte deles da terra. Resultou, acima de tudo, na superexploração da natureza. Como consequência de médio e longo prazo temos as inúmeras doenças da natureza, erosões, desertificação, multiplicação de pragas e insetos.

O camponês apresenta uma forma peculiar de tratar a natureza, mas não é só isso. De forma magistral, Guzmán e Molina disseram que:

“o campesinato é, mais que uma categoria histórica ou sujeito social, uma forma de manejar os recursos naturais vinculada aos agroecossistemas locais e específicos de cada zona, utilizando um conhecimento sobre tal entorno condicionado pelo nível tecnológico de cada momento histórico e o grau de apropriação de tal tecnologia.”
(GUZMÁN e MOLINA, 2013, p. 76)

Esse conceito apresentado comprova que o campesinato sobrevive às alterações sociais porque acompanha tais mudanças. Corroborando com a afirmação de Machado e Filho (2014) de que o camponês na prática agroecológica não precisa “voltar à idade da pedra” e abandonar os avanços tecnológicos, os autores afirmam que as tecnologias são bem-vindas, mas que o grau de apropriação delas deve ser analisado com parcimônia evitando a dependência e a exploração do trabalho e da natureza.

A Economia Solidária, ao aplicar os princípios de valorização social do trabalho humano, a satisfação plena das necessidades de todos como eixo da criatividade tecnológica e da atividade econômica, o reconhecimento do lugar fundamental da mulher e do feminino numa economia fundada na solidariedade, a busca de uma relação de intercâmbio respeitosa com a natureza e os valores da cooperação e da solidariedade apresenta-se também como uma alternativa ao explorador modelo capitalista. Os camponeses, em sua forma de organização de produção, ao manterem uma base de recursos, ou seja, criarem uma base própria de matéria-prima para produção e sobrevivência, diminuem a dependência pelo capital e, portanto, sofrem menos as

consequências da volatilidade do mercado. Essa formação de base de recursos somente é possível através do modelo de cooperação. Cooperativas de crédito, de produção, de consumo, seja qual for o modelo de cooperação, ela sempre terá como resultado ganhos coletivos e os processos de troca se tornam mais fáceis nessa forma de organização.

Entretanto, como bem salientado anteriormente, os camponeses, em seu processo histórico, não tiveram a formação necessária para a compreensão de conceitos de gestão, administração, direito, contabilidade, marketing, etc. Esse fato mostra-se como um grande desafio na busca de uma nova organização social. Ademais, o trabalho no campo é, normalmente um trabalho cansativo e que exige fisicamente desses camponeses. Como a prática autogestionária exige que, mais do que execução das atividades individuais, cada camponês membro desses empreendimentos deve ainda dispôr de tempo para as atividades da organização. Esse configura-se, conforme apontado por Singer (2002) como o maior inimigo da autogestão.

Nesse contexto surgem as Incubadoras de Empreendimento de Economia Solidária que desenvolvem papel fundamental no processo de formação dos cooperados ou associados. A partir da constituição do grupo formal, cada membro assume papel importante dentro do grupo. O desempenho das funções de cada indivíduo pode gerar maiores ganhos ou maiores perdas para o coletivo, visto que, nessa configuração de empreendimentos ou todos ganham ou todos perdem. As atividades psicossociais desenvolvidas nos grupos existentes visam desenvolver as qualidades para o trabalho em equipe, para a aceitação de novos membros, para a organização do trabalho.

Atividades de gestão de cooperativas, noções de marketing, contabilidade, direito, entre outros também constituem também fazem parte do processo de incubação que, como dito anteriormente, é transdisciplinar e não visa a formação de especialistas dentro dos empreendimentos. A formação é a base para o desenvolvimento das cooperativas ou associações. Essa formação deve abranger, além dos próprios membros dos empreendimentos, suas famílias. Homens, mulheres, jovens e crianças podem participar das atividades de formação, principalmente aquelas que visam a integração de todos.

A cada empreendimento incubado espera-se que mais conhecimento seja transmitido, que uma parcela maior da população adquira tais conhecimentos e, mais qdo que isso, espera-se que os integrantes desses empreendimentos incubados se tornem agentes multiplicadores de conhecimento. Por essa razão é que o processo de formação

deve ser amplo porém de fácil entendimento, pois dessa forma ele também será de fácil disseminação.

Portanto, o papel das incubadoras de Economia Solidária é o de disseminar conceitos capazes de transformar a sociedade, passando de uma sociedade capitalista, exploradora que tem o capital como bem maior para uma sociedade solidária, justa, respeitosa e que tem a vida como bem maior.

ABSTRACT

The 1990s was important to the rebirth of the social movement known as the Solidarity Economy. In parallel, agroecology became valued and applied on a larger scale as an alternative means of production that values the traditional and popular knowledge in cultivation and working with the land.

The traditional peasant worker brings popular knowledge who value natural systems from each site involving several elements such as climate, soil, water and living beings. The peasant worker, the generally settled agrarian reform, family worker has this intrinsic knowledge that can and should be applied in agricultural production.

The formation of associations and cooperatives on the idea of solidarity economy is a major form of organization of the working peasants in search of survival and maintenance in the field and the Solidarity Economy Incubators develop key role in the organization of these collectives, they have a multidimensional focus and involve issues political, social, cultural and ecological.

In this latter dimension is that fall agroecological practices aimed at respecting the environment and the social environment of all those involved in this production. It is through the rural enterprises Solidarity Economy that knowledge and agroecological practices are spread across the country and is supported by the Solidarity Economy Incubators such enterprises acquire the status of managerial self.

The work aims to demonstrate the role of incubators Solidarity Economy in the processes of self-management of associations and unions of rural workers who apply agroecological practices. Moreover, still hopes to demonstrate how to spread the knowledge and agroecological practices.

Key-words: Solidarity Economy. Self-management. Associations. Cooperatives. Agroecology

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Paulo P. **Autogestão**. In: A outra economia. Porto Alegre: Veraz, 2003. p. 20-26

ALTIERI, Miguel. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. 5. Ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

BERTUCCI, J. O. **A produção de sentido e a construção social da economia solidária**. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade de Brasília. Brasília, DF: UnB. 2010.

BRASIL Decreto nº 7.794 de 20 de agosto de 2012. Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica. Legislação Federal. Sítio eletrônico internet www.planalto.gov.br.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. **Agroecologia: alguns conceitos e princípios**. Brasília: MDA/SAF/DATER-IICA. 2004.

CHAMBERS, R.; CONWAY, G. **Sustainable rural livelihoods: practical concepts for the 21st century**. Brighton, England: Institute of Development Studies, 1991 (Discussion Paper n.º 296). Disponível em: <<http://community.eldis.org/.59b4ab37/dp296.pdf>> Acessado em: 31 abr. 2014

CHRISTOFFOLI, Pedro I. **A cooperação agrícola nos assentamentos do MST: desafios e potencialidades**. In: Movimentos sociais, trabalho associado e educação para além do capital. São Paulo: Outras Expressões, 2012. p. 159-190.

_____. **O desenvolvimento de cooperativas de produção coletiva de trabalhadores rurais no capitalismo: limites e contradições**. Dissertação de mestrado. Curitiba: UFPR, 2000.

DICIONÁRIO Michaelis. Disponível em: <www.uol.com.br/michaelis>. Acesso em: 02 de maio de 2014

DOOR, A. C.; LORENZONI, R. K.; SANGUINET, E. R.; BACIN, A. S.; MITTMANN, A. C.; MORAES, B. M. M. **Incubadoras Sociais: importância e papel desempenhado na economia solidária**. In: Anais do 1º Seminário de Jovens Pesquisadores em Economia e desenvolvimento. Santa Maria: UFSM, 2013.

DORNELES, S. B.; DELLAGNELO, E. H. L. **Autogestão e racionalidade substantiva: A Bruscor – ind. e comércio de cordas e cadarços LTDA. Em análise**. XXVII ENANPAD, Atibaia: São Paulo 2003

EHLERS, Eduardo. **O que é agricultura sustentável**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2009.

EID, Farid. **Análise sobre processos de formação de incubadoras universitárias da Unitrabalho e metodologias de incubação de empreendimentos de economia solidária**. In: TRABALHO E EDUCAÇÃO - Arquitetos, Abelhas e Outros Tecelões da

Economia Popular Solidária. Aparecida - São Paulo: Idéias & Letras, 2004, v.1, p. 167-188.

FEIDEN, Alberto. **Agroecologia: introdução e conceitos**. In: Agroecologia: Princípios e técnicas para uma agricultura orgânica sustentável. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2005.

GAIGER, Luiz. Inácio. **A Economia Solidária diante do modo de produção capitalista**. 2002. Disponível em: <http://www.ecosol.org.br>. Acesso em: 31 de março de 2014.

GALLO, Ana R.; DAKUZAKU, Regina Y.; EID, Farid et al. **Incubadora de cooperativas populares: uma alternativa à precarização do trabalho**. 2000. Disponível em: <http://blogecosol.wordpress.com/bibliografia/politicas-publicas/>. Acesso em: 01 de abril de 2014.

GUZMÁN, E. Sevilla; MOLINA, Manoel G. **Sobre a evolução do conceito de campesinato**. Tradução literal Ênio Guterres e Horacio Martins de Carvalho. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

HOWARD, Sir Albert. **Um testamento agrícola**. Tradução Eli Lino de Jesus. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

MACHADO, L. C. P.; FILHO, L. C. P. M.. **A dialética da agroecologia: contribuição para um mundo com alimentos sem veneno**. São Paulo: Expressão Popular, 2014.

MACHADO, L. C. P. **Pastoreio Racional Voisin: tecnologia agroecológica para o terceiro milênio**. Porto Alegre: Cinco Continentes Editora, 2004

MACHADO, L. C. P.; HOTZEL, M. J.; FILHO, L. C. P. M.; RIBAS, C. C. **Transição para uma agropecuária agroecológica**. Núcleo de Pastoreio Racional Voisin. Santa Catarina: UFSC, 2012.

POLANYI, Karl. *La gran transformación: Las Orígenes políticas y económicas de nuestro tempo*. Mexico, Fondo de Cultura, 1992.

QUEDA, Oriowaldo; KAGEYAMA, Paulo; SANTOS, J. D. **Assentamentos rurais: alternativas frente ao agronegócio**. In: Retratos de Assentamentos. Araraquara: Uniará/INCRA/CNPq. Número 12. 2009 p.47-68

SCHMITT, C. J. **Economia solidária e agroecologia: convergências e desafios na construção de modos de vida sustentáveis**. In: Boletim Mercado de Trabalho – Conjuntura e Análise, nº 42. IPEA, fev 2010.

SHIKI, Shiego. **Impacto das inovações da agricultura tropical brasileira sobre o desenvolvimento humano**. In: Agroecologia e os desafios da transição agroecológica. São Paulo: Expressão Popular, 2013. p. 137-172

SINGER, P. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

Sistema Nacional de Informações da Economia Solidária – SIES. Secretaria Nacional de Economia Solidária. 2013. Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/data/files/8A7C816A416FABB6014173C4E66C7839/Acontece%20SENAES%202013%20-%20n34%20ed%20especial.pdf>> Acesso em: 07 de maio de 2014.

THEODORO, S.H.; DUARTE, L.G; ROCHA, E. L. **Incorporação dos princípios agroecológicos pela extensão rural brasileira: um caminho possível para alcançar o desenvolvimento sustentável.** In: Agroecologia: um novo caminho para a extensão rural sustentável. Rio de Janeiro: Garamond, 2009. p. 19-36